

**Do passado ao presente: os esforços para resgatar a área da conservação na
memória institucional do APERJ**

*From the past to the present: efforts to rescue the conservation área in the
institutional memory of APERJ*

Karolaine Lins Silva¹

Fernanda Rodrigues de Araújo Lucena²

Resumo:

O Arquivo Público do Rio de Janeiro vem passando por mudanças de sedes desde a sua criação, em 1931. Por conta disso, seu vasto acervo vem sofrendo com a falta de infraestrutura, o que gera demandas urgentes de conservação que chegaram até os dias atuais. Dito isso, este artigo buscou compreender, por meio de relatos orais e do fundo arquivístico do APERJ, os impactos da falta de planejamento no estado do acervo e na preocupação com sua conservação. Além disso, destacou-se a importância da preservação da memória institucional para a assimilação de mecanismos funcionais. Assim, evidenciou-se a necessidade de incentivar a produção interna com um propósito definido, contribuindo para o enriquecimento da memória institucional e a criação de diretrizes.

Palavras-Chaves: APERJ; memória institucional; conservação.

Abstract:

Since its creation in 1931, the Arquivo Público do Rio de Janeiro has undergone changes of headquarters. As a result, its vast collection has suffered from a lack of infrastructure, which has led to urgent conservation demands that have lasted until current days. That said, this article sought to understand, through oral reports and APERJ's archival collection, the impacts of the lack of planning on the state of the collection and the concern for its conservation. It also highlighted the importance of preserving institutional memory for the assimilation of functional mechanisms. Thus, the need to encourage internal production with a defined purpose was highlighted, contributing to the institutional memory and the creation of guidelines.

Keywords: APERJ; institutional memory; conservation.

¹ ORCID: 0009-0006-7593-9727, Bacharel em Conservação e Restauração UFRJ e Mestre em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia PPACT/MAST,

² Fernanda Rodrigues de Araújo Lucena, ORCID: 0009-0005-8196-9490, licenciada em História pela UFF e mestranda em Educação pela PUC-Rio

1 Introdução

O Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ foi criado em 25 de agosto de 1931 como Arquivo Geral do Estado³. Quando criado, esteve vinculado à Diretoria do Interior e Justiça e, assim permaneceu até 1958, quando foi transferido para a Administração Geral. Depois de um período, porém voltou para a esfera da Justiça. Por um momento o Arquivo estava se estabelecendo fisicamente com a busca por instalações apropriadas e institucionalmente com a criação de diretrizes para o recolhimento e armazenamento documental. Contudo, em meio aos diferentes percalços pelos quais a instituição passou, uma parte importante da sua história foi se perdendo – como evidencia o fundo APERJ, em que são mais comuns documentos a partir da década de 1960 e relatos orais de 1990, expondo ao menos 30 anos de hiato em sua história institucional.

O projeto de recuperação da memória institucional do APERJ é resultado de uma vontade que paira sobre o Arquivo há décadas e o primeiro esforço de resgatar parte dessa história foi notado no fundo APERJ, em projetos para implementação e direcionamento interno. Nesse sentido, em 2018, uma iniciativa se destacou: a Coordenadoria de Gestão de Acervo iniciou uma proposta de retomada da memória institucional por meio da história oral, com o objetivo de melhor compreender as dinâmicas de trabalho no APERJ ao longo dos anos. Para isso, foram realizadas entrevistas com quatro ex-diretores da instituição que responderam a perguntas-chave como: o primeiro contato que tiveram com o APERJ, a situação do Arquivo durante a sua gestão, a existência de verba ou orçamento próprio para a instituição, o quadro de funcionários, as principais dificuldades enfrentadas durante o período de gestão, entre outras.

Recentemente, o APERJ conseguiu ampliar suas linhas de pesquisa internas através da colaboração de estagiários pluridisciplinares, sendo um dos eixos a retomada do tratamento dos dados gerados pelas narrativas orais. Visando dar continuidade ao projeto de memória institucional, a estagiária Fernanda Lucena foi direcionada para a transcrição das entrevistas, iniciando com o ex-diretor e antigo funcionário da Divisão de Conservação Carlos Roberto Bastos Freitas. A partir disso, notou-se a oportunidade de aproveitar o relato do único ex-diretor técnico de conservação e restauração para iniciar o resgate da memória histórica da Divisão de Conservação.

A Conservação desempenha papel fundamental para a salvaguarda do acervo do APERJ; contudo, a sua história não está traçada nem tão pouco organizada. Atualmente, a Divisão de

³ Recebeu a denominação atual por meio do Decreto nº 2.030 de 1978.

Conservação dispõe de uma gama de documentos físicos e digitais que estão espalhados, o que não permite sua identificação ou estudo. Dito isso, o resgate das linhas de pesquisa sobre a memória institucional surgiu da necessidade de compreender as práticas passadas, com o objetivo de buscar uma identidade para a divisão e criar diretrizes institucionais claras e acessíveis. Pensando em uma metodologia para construção da memória institucional, foi definida para esta etapa da pesquisa a transcrição da entrevista do primeiro e único Diretor familiarizado com a temática da conservação e o mapeamento de todos os documentos físicos e digitais gerados e acumulados ao longo dos anos pela Divisão de Conservação do APERJ.

Este artigo tem como proposta registrar os esforços realizados pela Divisão de Conservação a fim de compreender o legado encontrado em 2023, após a reforma do atual prédio sede, localizado na Praia de Botafogo, nº 480. Ademais, trará elementos da história da conservação no APERJ que contribuem para compreensão do *status quo* dessa área no âmbito da preservação de acervos estaduais, dando ênfase às noções de conservação e à importância da área na movimentação do acervo institucional.

IMAGEM 1 - Anexos (II), 1987 - 1988.



Fonte: APERJ.

2 A História do APERJ: Desafios e Preservação do Patrimônio Documental

Criado em 1931, por meio do Decreto-Lei nº 2.638, o Arquivo Geral do Estado do Rio de Janeiro tinha como objetivo salvaguardar a documentação produzida no âmbito estadual e garantir acesso aos cidadãos. A primeira sede do Arquivo era compartilhada com a Biblioteca Estadual, ocupando um terço do prédio localizado na Rua Doutor Celestino, nº 1, em Niterói. O acervo inicial era composto por documentos oriundos do antigo porão da sede da Presidência do Estado, alguns datando do século XVIII. Posteriormente, outros prédios passaram a compor Memória e Informação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 63-75, jul./dez. 2025

o Arquivo e a abrigar sua documentação, como é o caso do Edifício Estácio, na Rua Erasmo Braga, nº 118, no Rio de Janeiro.

Apesar dos esforços realizados, os prédios cedidos ao Arquivo não eram suficientes para armazenar toda a documentação existente, o que não permitia o recolhimento de novos documentos produzidos no âmbito dos órgãos estaduais. Além disso, não havia, inicialmente, uma delimitação clara sobre quais documentos estariam sob responsabilidade de recolhimento e armazenagem do Arquivo, gerando um grande acúmulo de documentos nos primeiros anos de fundação do APERJ. Grande parte da documentação administrativa produzida pelos órgãos do Estado ficava sem destinação clara, devido à ausência de tabelas de temporalidade – instrumentos de gestão documental que predizem a destinação final do documento, que pode ser a guarda intermediária, permanente ou eliminação. A carência de uma política pública eficiente para o recolhimento de documentos evidenciou, portanto, a crise, além dos problemas crônicos de infraestrutura, alguns que ressoam até hoje, intensificaram a dificuldade de armazenamento, adequada identificação e consulta. Somente em 2009, com a promulgação da Lei Estadual nº 5.562, o Programa de Gestão de Documentos - PGD-RJ foi criado, com o intuito de estabelecer diretrizes para a gestão do patrimônio documental do Estado, coordenado pelo APERJ.

Desde sua criação, o Arquivo enfrenta o problema da falta de espaço tanto para o exercício de suas funções quanto para o armazenamento de seu acervo, que abrange diversos gêneros e espécies documentais, como textos, mapas, fotografias, gravações sonoras, filmes e objetos tridimensionais. Inicialmente, devido à ausência de um prédio exclusivo para suas atividades e ao aumento considerável do acervo, o Arquivo enfrentou dificuldades de espaço, o que tornou impossível manter tudo em um único local. Isso levou à necessidade de movimentar o acervo para novos prédios e depósitos. Como solução, foi utilizado um prédio anexo, com três andares destinados ao armazenamento de documentos, localizado em Niterói, na Rua São João, nº 383, que passou a ser o seu principal depósito. Até 1989 o acervo do Arquivo estava distribuído em três sedes: cerca de 4.000 mil metros lineares no prédio principal, 4.000 mil metros lineares no prédio anexo e 12.000 mil metros lineares no Edifício Estácio. Além disso, durante esse período, as precariedades estruturais e técnicas já se apresentavam e resultaram na destruição de aproximadamente 12 mil metros lineares de documentos datados dos séculos XVIII, XIX e XX (APERJ, Projeto de Recuperação do Arquivo Público I, p. 1, 1989).

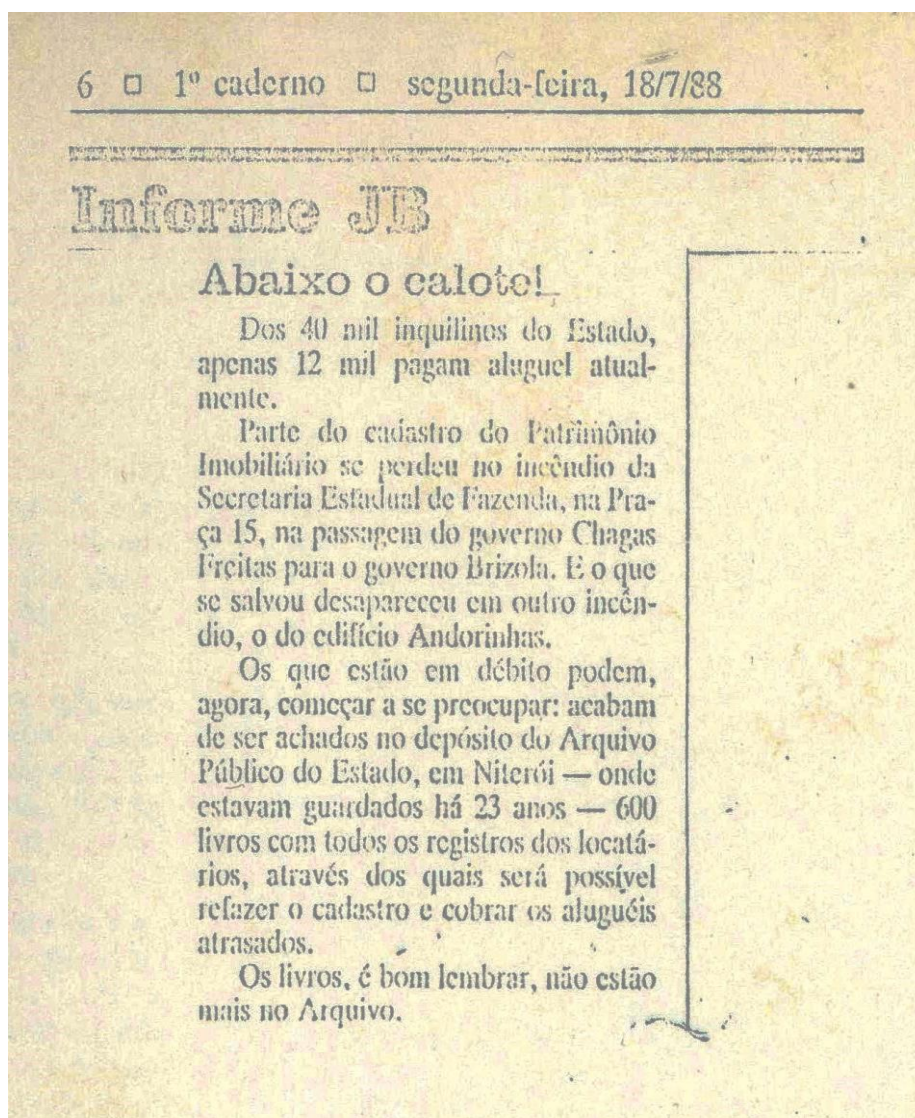
No que tange à estrutura organizacional técnica, no período de 1989, quatro divisões atuavam em Niterói: Documentação Permanente, Documentação Intermediária, Conservação e Pesquisa. No Rio de Janeiro, por sua vez, ficaram a Direção Geral, a Administração e o Centro Memória e Informação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 63-75, jul./dez. 2025

de Memória. O Projeto de recuperação do Arquivo Público, elaborado por Francisco Carlos Teixeira da Silva, então Diretor da instituição e professor de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), tinha como objetivo mudar o cenário de abandono institucional, destacando a necessidade de concentração das atividades em uma única sede dotada de profissionais técnicos, equipamentos e infraestrutura para a preservação do acervo.

Cedido pelo processo nº E-06/11.949/88, o APERJ chegou a ter a sede proposta no prédio histórico do Palácio do Tribunal de Contas de 1926, contudo, o projeto foi contemplado apenas parcialmente. O Arquivo vivenciou esse sistema de distribuição de acervo até 1998, quando concentrou o acervo na sede que ocupa atualmente na cidade do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 480.

Em retrospecto alguns problemas podem ser apontados como decorrentes da metodologia aplicada à preservação do acervo. Além da possível perda total de cerca de 12 mil metros lineares de documentos, mencionada anteriormente, uma reportagem do jornal *O Globo*, de 10 de março de 1988, destaca a gravidade da situação. Na época, apenas 5% do acervo estava catalogado, enquanto os outros 95% representavam uma massa documental acumulada, que aguardava identificação e reconhecimento. A reportagem do *Informe JB* (Imagem 2) reforça a questão da localização dos fundos dentro do Arquivo, mostrando que, por um longo período, documentos de valor significativo para o Estado encontravam-se inacessíveis e eram considerados perdidos, embora estivessem armazenados em um dos prédios da instituição.

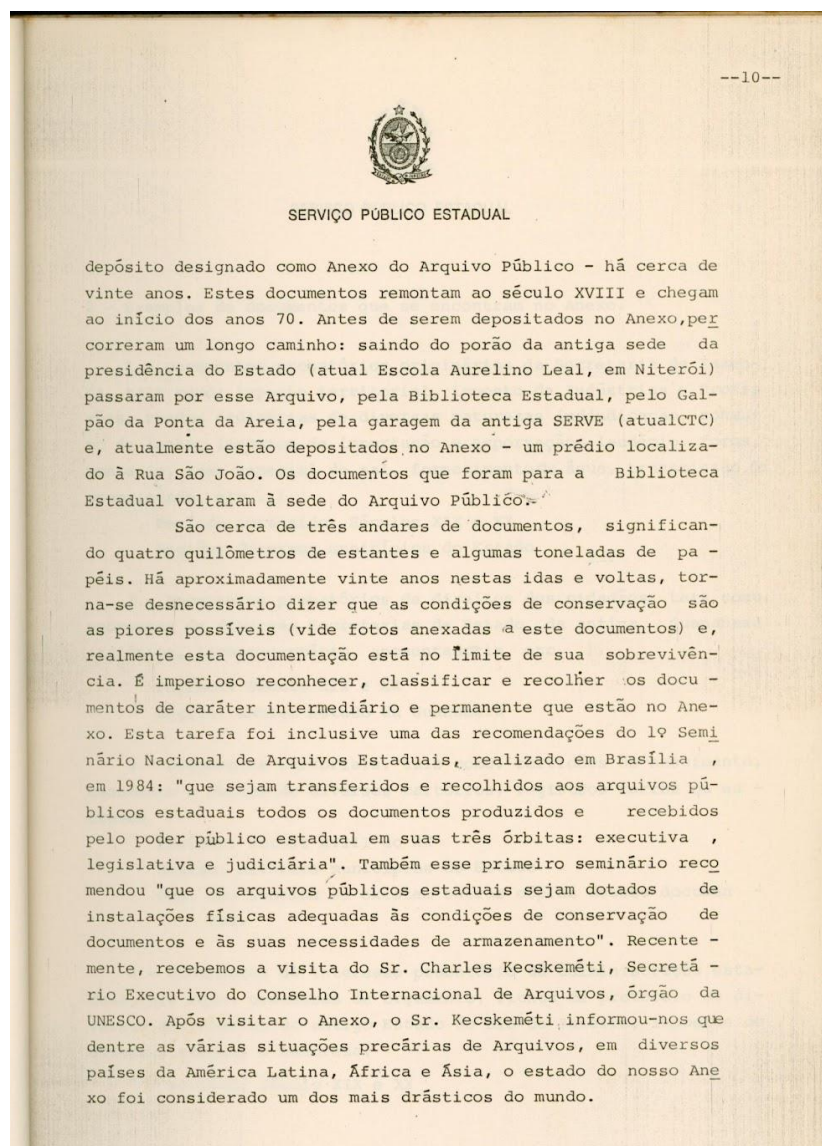
IMAGEM 2 - Acervo considerado perdido estava armazenado no APERJ há 23 anos.



Fonte: APERJ, Anexos (II), 1987 - 1988.

O prédio anexo foi considerado um dos maiores desafios para a preservação do acervo, sendo amplamente mencionado no Projeto de Recuperação do Arquivo e em diversas publicações jornalísticas. Relatos do Fundo APERJ indicam que o edifício passou por um período de abandono que durou entre 10 e 30 anos, sem qualquer atenção dedicada à organização e conservação da documentação nele armazenada. Na década de 1980, o Arquivo ganhou visibilidade, especialmente nos jornais nacionais, mas a situação crítica do prédio anexo alcançou reconhecimento internacional. O Secretário Executivo do Conselho Internacional de Arquivos (órgão da UNESCO), Sr. Charles Kecskemeti, afirmou que o estado de conservação era *o mais drástico* que ele havia observado entre todos os países da América do Sul, África e Ásia que visitou (imagem 3).

IMAGEM 3 - Estado de conservação do acervo do APERJ.



Fonte: APERJ, Projeto de recuperação do APERJ, 1989.

Diante das condições adversas às quais o material documental estava submetido, a conservação tornou-se uma das principais necessidades para sua preservação, especialmente no prédio anexo. Tal quadro motivou uma série de ações administrativas, como a visita do Diretor do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Francisco Carlos Teixeira da Silva, às instalações e sua observação do caráter histórico do acervo – composto por documentos como a primeira Constituição do Estado do Rio de Janeiro, Legislações do Estado Guanabara, documentos de compra e venda de fazendas de café, da limpeza pública de 1932 etc. Ficou claro que um esforço emergencial de resgate era imperativo, além da necessidade de garantir, para as novas sedes, infraestrutura e profissionais capacitados para realizar a conservação e restauração desses documentos.

Sem o apoio necessário, as ações emergenciais, embora essenciais, não seriam viáveis. Em uma nota do *Informe JB* de 1988, o Arquivo anunciava o fechamento de suas portas por tempo indeterminado devido à falta de luz e água. A situação gerou comoção entre pesquisadores e historiadores da UFF, que se solidarizaram e ofereceram apoio para identificar a tipologia documental do acervo abandonado. Outro auxílio veio do Instituto Penal Edgar Costa, localizado em frente ao prédio anexo, na Rua São João, nº 372. A instituição designou alguns detentos para a tarefa de higienização do material, além de fornecer refeições e equipamentos aos envolvidos no processo. A situação do prédio anexo também recebeu apoio internacional, com um pesquisador canadense se oferecendo para realizar uma busca minuciosa e identificar documentos de valor histórico entre os demais.

A perspectiva apresentada no projeto de Francisco Carlos Teixeira da Silva incluía o detalhamento das atividades consideradas essenciais para o APERJ, com a discriminação dos setores, responsabilidades e recomendações para a preservação do acervo. Neste projeto, a Coordenadoria de Conservação era composta por duas divisões: a Divisão de Preservação, que abarcava os Serviços de Encadernação e Reprodução, e a Divisão de Restauração, que incluía os Serviços de Pesquisas Químicas e Biológicas. Essa coordenadoria ocupava uma área de cerca de 300 m². No que tange à área da conservação e restauração, este projeto é um marco importante para a história da Divisão de Conservação à medida que o mesmo é o primeiro documento que formaliza a necessidade da atuação de profissionais da área e reconhece o valor institucional da área para a permanência do acervo:

Como é sabido, dentro da área arquivística e, especificadamente, na especialização de Conservação de papel "os documentos ainda recentes, produzidos em nosso século, são as maiores vítimas dessa deterioração acelerada, enquanto diversos manuscritos do período colonial encontram-se em bom estado de conservação. Tal envelhecimento resulta da má qualidade da matéria-prima e do processamento com produtos químicos agressivos, que, aliados aos altos valores de umidade e temperatura, propiciam o enfraquecimento e a consequente fragmentação do papel. Confiando nesta informação, mais necessária ainda torna-se a nossa intervenção neste Anexo que detém no momento um documental que há mais ou menos 20 anos vem sendo relegado e exigindo atenção cuidadosa (APERJ, 1989, p. 13).

Além disso, o projeto vislumbrava padrões ideais para a salvaguarda do acervo, se atendo a questões que são reconhecidas dentro da área de conservação e restauração como pontos focais para alcançar a permanência a longo prazo de uma coleção. Foi especificada a necessidade de controle de temperatura e umidade relativa, armazenamento apropriado, higienização e mapeamento do estado de conservação. As pautas levantadas pelo Diretor não

só estavam em consonância com as necessidades da instituição, como também estavam atualizadas se considerada a produção acadêmica do período acerca da emergência de conservação dos bens patrimoniais de ordem pública, considerando ainda, que na década de 1980 muitas instituições públicas, principalmente no Estado do Rio de Janeiro, lutavam para resguardar seu patrimônio.

Outrossim, vale destacar que o projeto do historiador e ex-Diretor do APERJ Francisco Carlos Teixeira da Silva, traz o pioneirismo da tentativa de resgate da memória estadual a partir da documentação existente no Arquivo. Partindo do ponto de vista administrativo, em maio de 1985 ele coordenava projetos de pesquisa que visavam à recuperação da História da Organização Administrativa pública, trabalhando com as seguintes documentações: legislação provincial e estadual (1834-1975); orçamentos provinciais e estaduais (1834-1975); constituições do estado e mensagens dos presidentes de províncias e governadores do estado. Segundo ele, a pesquisa tinha como objetivo:

Buscar a reconstituição das instituições públicas, o que significa dizer: o esclarecimento dos mecanismos pelos quais eles se estruturam, se organizam hierarquicamente, esclarecem sua lógica funções formais e reais, os mecanismos pelos quais definem-se seus objetivos juridicamente, e como se dão suas transformações através do tempo. Neste sentido, o interesse desse trabalho não se restringe a um interesse acadêmico, mas atinge funções sociais mais amplas como por exemplo, a de colocar a informação ao alcance do cidadão (APERJ, 1989, p. 16).

Para além das questões levantadas pelo projeto de recuperação do APERJ, trazer à tona a memória, a partir dos objetos – superando a sua interpretação física – enriquece as contribuições sociais. O passado transitório e desorganizado do Arquivo torna projetos, como a reconstituição institucional do ex-diretor Francisco Carlos, algo de extrema necessidade. Considerando que mudanças costumeiramente geram perdas, principalmente se somadas às precariedades institucionais e descentralidades administrativas, enriquecer o arquivo/memória institucional com produtos de pesquisas viabiliza a compreensão dos mecanismos funcionais e permite uma interpretação única e pessoal de fatos.

3 Resgate e valorização da memória a partir dos relatos de ex-diretores

Sendo responsável pelas tarefas de “receber, classificar, guardar e conservar os papéis e livros findos, pertencentes às Secretarias de Estado, os quais serão relacionados e classificados segundo a natureza dos assuntos e o plano adotado.” (Brasil, Decreto nº 2.638, 1931), o Arquivo

Público do Estado do Rio de Janeiro vem desempenhando um papel social crucial para os cidadãos fluminenses. Desde sua criação, ele contribuiu na viabilização de pesquisas externas e internas acerca da administração, organização e funcionamento das instituições e municípios ligados ao Estado. Dentro desse sistema, funcionários, estagiários e bolsistas desempenham papel fundamental para garantir que os mecanismos de acesso, preservação e divulgação funcionem adequadamente. Nos últimos anos, um dos meios que tem ganhado destaque é a valorização do acervo e da trajetória institucional, por meio de produtos acadêmicos.

Nesse contexto, a Coordenadoria de Gestão de Acervo (COOGA), que engloba a Divisão de Processamento Técnico (DPT) e a Divisão de Conservação (DCO), destaca-se pelos esforços contínuos de resgate da memória institucional e incentivo à produção. Esses esforços podem ser observados no trabalho do projeto de pesquisa da Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (COLUSO), uma parceria entre o Arquivo Nacional e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e, também, em iniciativas individuais de funcionários da instituição. O COLUSO realiza a indexação, organização, descrição e difusão do fundo Presidência da Província (PP); além disso, se destacam trabalhos como a dissertação “Fala mulher, da vida”, produto da pesquisa de Gabriel Alencar e Souza, ex-bolsista do projeto e atual funcionário do APERJ, que aborda o fundo Davida - Prostituição, Direitos Civis e Saúde.

Um movimento que advém de gestões anteriores, como a iniciativa citada anteriormente do ex-diretor Francisco Carlos, iniciou um grupo de pesquisa sobre a estrutura administrativa do próprio APERJ. Em 2018, a COOGA, deu início a uma proposta de recuperação da história do Arquivo por meio de perspectivas e relatos orais de ex-diretores da instituição que contam suas experiências e perspectivas de trabalho. Nesse projeto quatro ex-diretores foram entrevistados pelos funcionários da coordenação. Os registros de história oral de Jessie Jane (diretora no período de 18/01/1999 a 25/06/2002), de Carlos Roberto Bastos Freitas (diretor no período de 25/06/2002 a 22/01/2003), de Marcos Sanches (diretor no período de 29/07/2004 a 31/03/2006) e de Paulo Knauss (diretor no período de 25/05/2007 a 30/04/2015) foram armazenados em HDs.

A sede do Arquivo em Botafogo ficou temporariamente fechada para o atendimento presencial ao público, de fevereiro a março de 2023, com o objetivo de realizar melhorias estruturais no prédio. Durante esse período, o acervo precisou ser movimentado novamente, o que trouxe à tona a preocupação com sua materialidade e com a preservação da memória da instituição. Os processos internos pelos quais ela passou precisavam garantir que não fossem apagados da história qualquer registro de informação. A partir disso, a COOGA direcionou a Memória e Informação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 63-75, jul./dez. 2025

estagiária de História, Fernanda Lucena, para realizar a tarefa de transcrição das entrevistas com os ex-diretores – prezando pela preservação desse conteúdo, que por ter seu armazenamento feito em HDs estava sujeito à perda de informação e corrompimento de dados.

A proposta inicial era não apenas preservar os relatos, mas também reapropriar-se deles para divulgar a história do APERJ nas redes sociais, aproximando o público da instituição e oferecendo maior transparência. Como resultado, foi apresentada a palestra intitulada “Acervos audiovisuais: apropriações e debates”, realizada durante a 8ª Semana Nacional de Arquivos, pela mesma estagiária responsável pela transcrição. O evento teve como objetivo divulgar e detalhar os esforços realizados.

O vislumbre de reaproveitamento desse conteúdo para compreender os costumes do APERJ, e também da Divisão de Conservação, ocorreu após o evento na 8ª Semana Nacional de Arquivos, quando foi possível visualizar partes do depoimento do ex-diretor e funcionário de conservação Carlos Roberto Bastos Freitas. A transcrição e o tratamento dos dados do depoimento de Carlos Roberto passaram a ser de interesse da Divisão de Conservação, que, alinhada ao incentivo de resgate da memória institucional, incorporou essa demanda ao quadro de atividades a serem desempenhadas.

Em paralelo, a Divisão de Conservação enfrentava um momento crítico em relação à sua própria história. A documentação gerada dentro dessa divisão estava dispersa entre formatos físicos (na sala de preservação e no fundo APERJ) e digitais (na rede de armazenamento interna) e, em ambos os casos, sem identificação, organização ou acesso facilitado. Por ocasião da revitalização do atual prédio sede que durou um ano (junho de 2022 a junho de 2023), entrou em evidência a urgência dessa documentação para o direcionamento das atividades práticas, teóricas e administrativas. Observou-se a possibilidade de estudar a participação da Divisão em outras movimentações de acervo, como por exemplo as mudanças frequentes de sedes. A partir daí, iniciou a busca por resgate da memória da Divisão de Conservação, metodologicamente abrangendo duas frentes de trabalho: a identificação dos documentos existentes no formato físico e digital, e a transcrição da entrevista do primeiro (e único) diretor do APERJ da área de conservação.

De acordo com o relato do ex-diretor Carlos Roberto Freitas, sua chegada ao APERJ ocorreu em 1996, quando a instituição estava dividida em duas unidades, o imóvel na Av. Jansen de Melo nº 3 e alguns edifícios na Rua Riachuelo. Seu primeiro contato com o Arquivo foi enquanto chefe de uma Divisão vazia, sem funcionários para atuar na preservação da massa documental que estava espalhada, funcionando com a colaboração de profissionais contratados para prestarem serviços e contando com financiamento externo (Freitas, 2018). Após a sua Memória e Informação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 63-75, jul./dez. 2025

nomeação, o setor passou a ser composto por profissionais de museologia formados e outros em formação, principalmente no âmbito das bolsas de estágio.

O relato de Carlos transparece que as condições de trabalho na década de 1990 eram precárias, contrastante com o projeto de recuperação do APERJ de 1989. Naquele período, a área da Conservação e Restauração ainda lutava pela sistematização dos procedimentos, buscando romper com o empirismo e ser reconhecida no Brasil enquanto conhecimento científico. Neste sentido, Carlos destaca o papel importante de instituições como a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), que exportava os conhecimentos técnicos e os disseminava através de palestras e, da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) que desenvolveu o Projeto de Conservação Preventiva de Bibliotecas e Arquivos (CPBA), que gerou cadernos específicos voltados para a preservação desses espaços de guarda da memória e que serviram como apoio às práticas que estavam em implementação dentro do APERJ.

A possibilidade de integrar bolsistas permitiu que, por muito tempo, as atividades não fossem interrompidas. Sem esse apoio, até mesmo a função de chefe de Divisão poderia ser questionada. O relato do ex-diretor Carlos traz duas questões importantes para entendermos como a área de conservação ganhou destaque no Arquivo Público: o deslocamento do acervo e as atividades realizadas durante esse período. Carlos descreve como acompanhou a mudança do Arquivo para sua atual sede em Botafogo e como a movimentação do acervo foi um dos maiores desafios. Mesmo com a equipe reduzida, a Divisão sob sua liderança supervisionou todos os processos relacionados ao traslado. Os documentos foram devidamente identificados e organizados antes de serem realocados nas novas salas, demonstrando um cuidado rigoroso para evitar perdas e dissociação do acervo.

A conservação, embora tenha sido reconhecida enquanto necessidade institucional do APERJ mediante as frequentes notícias de negligência para com o acervo nos anos de 1980, tinha uma atuação limitada. Ainda de acordo com o depoimento do ex-diretor, apenas depois de sua chegada foi que a Divisão teve investimentos financeiros suficientes para tratar o acervo por conta própria.

4 Considerações Finais

A problemática que aflige frequentemente o APERJ é a mudança de sede. Um problema que nasceu juntamente com o Arquivo, levou-o a dividir o espaço com a Biblioteca Estadual e, em seguida, a ocupar espaços diversos até que fosse possível reunir toda a documentação – a já existente e as que deveriam ser recolhidas pelo seu caráter permanente – no atual prédio de Memória e Informação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 63-75, jul./dez. 2025

Botafogo. A falta de planejamento para com o Arquivo desde sua criação vem reverberando o acúmulo documental resultante da tardia política de recolhimento de acervos públicos e agravou a situação do espaço, gerando um problema de grande escala para a preservação do acervo.

O deslocamento frequente dos documentos para novas sedes e as perdas decorrentes de anos de descaso, colocam em evidência a importância de diretrizes institucionais. O esforço para retomar as iniciativas, que outrora tentaram traçar a memória institucional do Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, quer seja pela identificação e reorganização dos documentos ou pela transcrição das entrevistas com ex-diretores, destacou a presença de problemáticas crônicas nesta instituição. A contemporaneidade das notícias de jornais e os relatos acerca da movimentação constante do acervo são exemplos de que a história do APERJ pode ser utilizada como base para lidar com as problemáticas do presente, tais como futuras movimentações.

O direcionamento de profissionais da equipe para a pesquisa acadêmica dentro do APERJ tem se mostrado uma abordagem eficiente para estimular o enriquecimento da memória institucional. A produção histórica e a divulgação dos atuais mecanismos de trabalho contribuem para a construção de uma identidade institucional, onde a preservação vai além da emergência.

A memória institucional do APERJ certamente ainda não foi traçada, o fundo arquivístico do APERJ apresenta muitas possibilidades, principalmente se articulado às contribuições de profissionais que compuseram o quadro funcional por anos. Os esforços para compreender o trajeto institucional levaram à percepção de que a Divisão de Conservação, ainda que consideravelmente recente se comparada à longevidade do Arquivo, herdou anos de tratamentos urgentes, que por si só legitimam a busca pela criação de diretrizes.

Referências

APERJ. Fundo APERJ. *Projeto de Recuperação do Arquivo Público (I)*. Dossiê. Rio de Janeiro: APERJ, 1989.

APERJ. Fundo APERJ. *Anexos (II)*. Dossiê. Rio de Janeiro, 1987 - 1988.

BRASIL. Decreto nº 2.638, de 25 de agosto de 1931. Aprova o Regulamento da Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1929. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 ago. 1931.

FREITAS, Carlos Roberto Bastos. *Entrevista concedida ao Projeto Memória Institucional do APERJ*. Rio de Janeiro: [s. n.], 2018.